

Os Caminhos Portugueses a Santiago de Compostela — fragmentos holísticos da patrimonialização

The portuguese ways to Santiago de Compostela — holistic fragments of patrimonialization



Leandro Gomes^{a*}, Fernando Florêncio^{1,2,b}

Resumo Este artigo é uma síntese da investigação desenvolvida no âmbito do doutoramento em Antropologia Social e Cultural, realizado entre 2013 e 2017, na Universidade de Coimbra, tendo como objeto de estudo os Caminhos Portugueses a Santiago de Compostela, a segunda maior rota praticada de peregrinação jacobea. O Caminho Português a Santiago de Compostela é uma rota crescente que atrai dezenas de milhares de peregrinos todos os anos e que está em vias de reconhecimento como Património Nacional Português e Património da Humanidade pela UNESCO. Neste sentido, o objetivo neste artigo é delinear uma visão holística da (re)construção da cultura e património nessa dinâmica de patrimonialização dos Caminhos Portugueses a Santiago de Compostela, num registo sincrónico da

Abstract This article is a synthesis of the research carried out in the PhD degree in Social and Cultural Anthropology, between 2013 and 2017, at the University of Coimbra, Portugal, with the Portuguese ways to Santiago de Compostela, the second largest route of Jacobean pilgrimage, as object of study. That is a growing route that attracts tens of thousands of pilgrims every year, and which is in the process of being recognized as a Portuguese National Heritage and a UNESCO World Heritage Site. In this sense, we seek to outline a holistic view of the (re)construction of culture and heritage in this dynamic of patrimonialization of the Portuguese Ways to Santiago de Compostela, in a synchronic register of the perception, relation and action towards this patrimony by the communities where it is inserted, the actions of the organizations involved and also

¹ CRIA — UC, Universidade de Coimbra

² Departamento de Ciências da Vida, Universidade de Coimbra

^a orcid.org/0000-0003-1209-7527, ^b orcid.org/0000-0002-7171-3513

* Autor correspondente/Corresponding author: leandroegomes@gmail.com

percepção, relação e ação para com este património pelas comunidades onde ele está inserido, as ações das organizações envolvidas e também as motivações, visões e interpretações das pessoas que realizam esta rota de peregrinação. Assim, apresenta-se um registo de todo o trajeto de peregrinação, locais frequentados e demais atividades comumente realizadas pelas pessoas que realizam a rota Medieval do Caminho Português de Santiago.

Palavras-chave: Caminhos Portugueses a Santiago de Compostela; cultura; património; patrimonialização; peregrinação.

the motivations, visions and interpretation of the people who perform this route of pilgrimage. Thus, we present a record of the entire pilgrimage route, places frequented and other activities commonly performed by the people who make the Medieval route of the Portuguese Ways to Santiago de Compostela.

Keywords: Portuguese Ways to Santiago de Compostela; culture; heritage; patrimonialization; pilgrimage.

Introdução e Contextualização

Neste artigo, exploram-se as questões sobre cultura e o património no Caminho Português a Santiago de Compostela. Através do trabalho etnográfico realizado no âmbito do projeto de doutoramento em Antropologia Social e Cultural, tenta-se compreender e registar quais e de que forma os elementos culturais e patrimoniais têm ligação com essa rota de peregrinação e com a história de São Tiago também chamado de Santiago. Buscou-se ainda perceber como esse universo cultural é moldado pela cultura Jacobea. Mais especificamente, delimitámos os interesses nas percepções sobre o caminho principal, chamado Caminho Central Português, que forma o eixo sul/norte, de Faro (sul) até Valença do Minho (norte), com cerca

de 886 km, caminho este que está em vias de reconhecimento a Património da Humanidade pela UNESCO.

As investigações antropológicas reportam a presença de peregrinações rituais a locais sagrados nas mais diversas culturas, como, por exemplo, entre os registos babilónicos que datam do ano 2300 a 2000 a.C. As peregrinações assumem diferentes formas nas diferentes religiões, sejam hindus, budistas, ou judaicas, e podem efetivar-se como formas de penitências, adoração e realização (Rivas, 1997), mas também de cura, transformação pessoal e socialização (Bowie, 2006). Assim, a peregrinação é uma prática comum em várias crenças religiosas e o termo peregrinação surge depois da existência da ação e ato de peregrinar. Os locais de destino das peregrinações

também são variados, indo desde ambientes naturais como montanhas, grutas, lagos, florestas, entre outros pontos e marcos geográficos, como edificações, em que são atribuídos os privilégios de ligação com o místico, ou locais em que viveram, passaram, ou onde tiveram manifestações míticas dos mesmos, até locais onde se encontra algum pertence, ou mesmo restos mortais, de figuras tidas como referências, tais como, os guias religiosos, mártires de causas nobres, entre outros (Pereira, 2003). As peregrinações, por outro lado, podem ser vistas como fenómenos sociais que religam as experiências individuais a ações coletivas (Bowie, 2006). Victor Turner (1974) sublinha precisamente o carácter social das peregrinações ao equipará-las à fase liminar dos rituais de passagem, defendendo que os peregrinos formam uma *communitas*, ao longo desse processo.

Os Caminhos de Santiago

Os Caminhos de Santiago de Compostela foram proclamados, em 1987, o Primeiro Itinerário Cultural pelo Conselho Europeu. Em 1993, o Caminho de Santiago Espanhol recebeu o título da UNESCO como Património da Humanidade e, em 1998, o Caminho de Santiago Francês recebeu o mesmo título (UNESCO, 2007). Os Caminhos Espanhóis, que são reconhecidos pela UNESCO como Património Cultural da Humanidade, estão inseridos na fronteira franco-es-

panhola, ou seja, têm início na fronteira com França. Existem dois caminhos oficiais na fronteira com França, o caminho que entra por Roncesvalles (Valcarlos Pass) e Canfranc (Somport Pass), que se fundem a oeste de Pamplona. Ao longo desses caminhos estão cerca de 1800 edificações de arte românica, gótica, renascentista e barroca, tanto de carácter religioso como secular, e cercadas de muita história (UNESCO, 2007).

O Caminho de Santiago Francês é considerado o de maior tradição e história, e é o mais reconhecido internacionalmente. O traçado atual foi fixado no final do século XI, tendo como principais responsáveis Sancho III, o Maior¹, Sancho Ramirez de Navarra e Aragão², e Afonso VI³. Os Caminhos de Santiago Francês e Espanhol são considerados também como importantes elementos que retratam a evolução arquitetónica da Europa no decorrer de vários séculos. Em especial, o Caminho representa o nascimento da arte românica, com a construção posterior das catedrais góticas e de mosteiros (UNESCO, 2007).

O Caminho de Santiago é a terceira maior rota de peregrinação cristã do mundo. Das peregrinações a Santiago de

¹ Sancho III, o Maior/Sancho III Garcês (901–1035): Rei de Navarra entre os anos de 1004 a 1035.

² Sancho Ramirez de Navarra (1043–1094): Rei de Aragão entre os anos de 1063 a 1094, e de Navarra 1076 a 1094.

³ Afonso VI (1043–1109): Rei de Leão entre os anos de 1065 a 1109, Rei de Castela 1072 a 1109, Rei da Galiza 1073 a 1109, e Rei de Toledo de 1085 a 1109.

Compostela no ano de 2019, registadas pela *Oficina del Peregrino* (Escritório do Peregrino), 347 578 pessoas realizaram a peregrinação a Santiago de Compostela (Oficina del Pelegrino, 2020: 2), das quais 94649 (27,23%) seguiram pelos Caminhos Portugueses, sendo esta a segunda maior rota de peregrinação a Santiago de Compostela. O número e percentual global tem vindo a crescer nos últimos anos⁴ (ver Tabela 1), o que ressalta a relevância dos itinerários portugueses de entre as rotas jacobeeas (Oficina del Peregrino, 2020: 10).

Ao longo dos tempos e contextualizações, as peregrinações sofreram grandes mudanças, tanto em relação aos locais, como aos trajetos e motivações. Na contemporaneidade, não se distancia disso, pois há um processo de mudanças acentuadas e cada vez mais dinâmicas ou, melhor dizendo, rápidas, que englobam a peregrinação, principalmente nas questões de motivações, que extrapolam o caráter religioso. Neste sentido, buscámos então concatenar esses fragmentos holísticos numa construção em mosaico que apresenta o constructo de patrimonialização dos Caminhos Portugueses a Santiago de Compostela.

O traçado comumente utilizado em Portugal teve as suas origens entre os séculos XII e XIII, no dito Caminho Medieval e Vias Romanas. O traçado atual

sobrepõe-se a estas em quase toda a sua extensão, mas, uma vez que alguns pontos destas vias já não existiam ou são inviáveis, novos traçados foram adaptados na rota portuguesa. Contudo, as Vias Romanas, mais especificamente no caso do Caminho Português, a Via XIX de Antó-

Tabela 1. Peregrinos no Caminho Português^a.

Ano	N.º de Peregrinos	%
2004	15839	8,80
2005	5507	5,86
2006	6467	6,44
2007	8110	7,11
2008	9770	7,80
2009	11956	8,20
2010	34147	12,55
2011	22062	12,03
2012	25628	13,31
2013	29550	13,69
2014	35501	14,92
2015	43141	16,44
2016	52138	18,76
2017	66562	22,11
2018	81663	24,95
2019	94649	27,23

Fonte: Oficina del Peregrino (2004–2020).

^a O primeiro ano com informações estatísticas disponíveis da Oficina del Peregrino foi 2004. Os anos apresentados em negrito (2004 e 2010), são referentes ao Ano Santo Jacobeu, ou seja, sempre que o dia 25 de julho, dia de Santiago Maior, coincide com um domingo, sendo por isso anos com maior fluxo de peregrinos (o próximo Ano Santo será em 2021). Dados disponíveis em: <https://oficinadelperegrino.com/estadisticas>.

⁴ Os dados apresentados são da Oficina del Peregrino, disponíveis em: <https://oficinadelperegrino.com/estadisticas2/>. Acesso em: 12 de março de 2020.

nio⁵, eram palco de deslocamento de tropas e equipamento, que desprivilegiava aldeias, templos e outros locais de interesse aos viajantes, assim como as necessidades de outros viajantes. Desta forma, os traçados estabelecidos outrora para a peregrinação, privilegiavam o caminho em função dos interesses e das necessidades dos peregrinos, ou seja, locais onde comer, templos religiosos, locais de hospedagem, entre outros. Atualmente, a base de necessidades dos peregrinos não é muito diferente dos peregrinos do passado (Reira, 2007). Os caminhos e traçados foram estabelecidos, de maneira a proporcionar passagem por locais mais tranquilos e agradáveis, distanciados de locais com maior trânsito ou grandes obstáculos. Como tal, é descrito que o caminho ou traçado era modificado de maneira que fosse conveniente aos peregrinos, em comparação a um local ou passagem que lhes fosse inconveniente. Com isso, lança-se mão da analogia dos Caminhos de Santiago como um grande rio com vários afluentes a desaguar nele, ou seja, defende-se a ideia de múltiplas rotas e caminhos (Reira, 2007).

A 13 de dezembro de 2009, a Associação Espaço Jacobeus⁶, as câmaras

municipais, entidades de turismo e direções regionais de cultura elaboraram a “Carta Grijó”, carta essa que teve como um dos objetivos trabalhar junto do Estado português para o reconhecimento junto da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) do Caminho Português de Santiago, isto é, a rota de peregrinação⁷ a Santiago de Compostela, para que este fosse inscrito na lista do Património da Humanidade. A candidatura foi apresentada pela Associação Espaço Jacobeus em 2010. Entretanto, o processo que teve início nesse ano não teve continuidade. Contudo, na sequência do encontro intitulado “Caminho Português de Santiago de Compostela — Valorização Cultural e Turística”, no dia 8 de abril de 2015, na cidade de Coimbra, e após novo debate no mês de setembro desse mes-

auxiliar as pessoas que realizam a peregrinação ao túmulo do Apóstolo Santo Tiago Maior, na cidade Santiago de Compostela.

⁷ Peregrinação: A peregrinação caracteriza-se por uma viagem que é realizada por devoção a um local sagrado, contendo três elementos fundamentais: o peregrino, o local sagrado e o caminho que o leva até esse local. Porém, é relevante salientar que os motivos que levam os indivíduos a realizar a peregrinação são bastante diversos e não se restringem a questões religiosas (Pereira, 2003). A construção da palavra peregrinação tem como origem a palavra peregrino, cuja raiz vem do latim *peregrinus*, e que deriva, posteriormente, na Idade Média, para *pelegrinus*, em que *per agro* significa caminhar pelos campos, e *per eger* significa para lá das fronteiras, o que demonstra a situação de se ser estrangeiro, um ser em viagem. Este sentido ficou conhecido e foi aplicado desta forma, até ao século XI (Teixeira, 2008).

⁵ A Via Romana XIX ligava *Bracara* (Braga) a *Lucus Augusti* (Lugo) através de *Limia* (Ponte de Lima), *Tude* (Tui), *Ad Duos Pontes* (Pontevedra) e *Aquae-Celenae* (Calda de Reis). As Vias eram também conhecidas pelo nome de quem as mandou fazer, neste caso, Itinerário de António.

⁶ Associação Espaço Jacobeus: Associação religiosa católica que tem como objetivo fomentar e

mo ano, foi apresentada uma nova proposta para a candidatura ao Património da Humanidade, que tem duas associações como representantes institucionais, a Associação e Espaço Jacobeus (AEJ) e a Associação de Peregrinos Via Lusitana⁸ (APVL). Neste momento, a Candidatura do Caminho Português de Santiago está em processo de avaliação pela UNESCO. No processo de candidatura atual, assim como no anterior, é indicado que no ano de 2021, próximo Ano Santo Jacobeu⁹, o Caminho Português de Santiago de Compostela deveria ser reconhecido como Património da Humanidade.¹⁰

No documento técnico do encontro de 2015, enfatizaram-se alguns pontos acerca da importância cultural do Caminho Português no cenário nacional português e internacional. Destacou-se também a necessidade de criação de um mecanismo de valorização desses bens, como, por exemplo, o itinerário de convergência de valores culturais diversos

ao património material e imaterial contido ao longo do mesmo. Tal documento apresenta, de forma concisa, vários pontos a serem observados, bem como a singularidade e a necessidade de preservar o Caminho Português. Para isso, destacou-se a importância da realização de estudos e divulgação de trabalhos científicos das questões que permeiam o envolvimento, e os papéis dos diversos atores interligados através das peregrinações e do Caminho Português, além do seu caráter transfronteiriço (Portugal/Espanha), e da necessidade de diálogo entre as instituições e Estados.

De entre as fases da candidatura, no dia 30 de maio de 2016, foi divulgada a Lista Indicativa, pré-requisito para reconhecimento a Património da Humanidade, em que consta, juntamente com outros 21 bens, os “Caminhos Portugueses de Peregrinação a Santiago de Compostela” (CNU-MNE, 2016) (ver Figura 1).

Metodologia da Investigação

Para início da realização do presente projeto, foi realizada uma pesquisa exploratória, através de uma revisão bibliográfica sobre as temáticas etnografia, antropologia, peregrinação, património e cultura em livros, revistas, jornais e outras publicações, possibilitando assim a ampliação do conhecimento dos assuntos supracitados e uma base teórica das diversas formas de ver estes temas. Nesta revisão bibliográfica, foram também

⁸ Associação de Peregrinos Via Lusitana: associação não religiosa que tem entre os seus objetivos divulgar e promover a peregrinação a Santiago de Compostela, preservar e promover o Caminho Português e auxiliar os peregrinos.

⁹ Festa de comemoração do martírio do Apóstolo São Tiago Maior que é celebrada no dia 25 de julho. Quando este dia coincide com um domingo, é considerado Ano Santo. O primeiro Ano Santo foi decretado no ano 1112 pelo Papa Calisto II, porém, só em 1179 Alexandre III decretou a perpetuidade da data. O próximo Ano Santo será em 2021.

¹⁰ Para a conclusão do processo de reconhecimento como Património da Humanidade é estabelecido pela UNESCO o prazo de até 10 anos após a inclusão na Lista Indicativa.

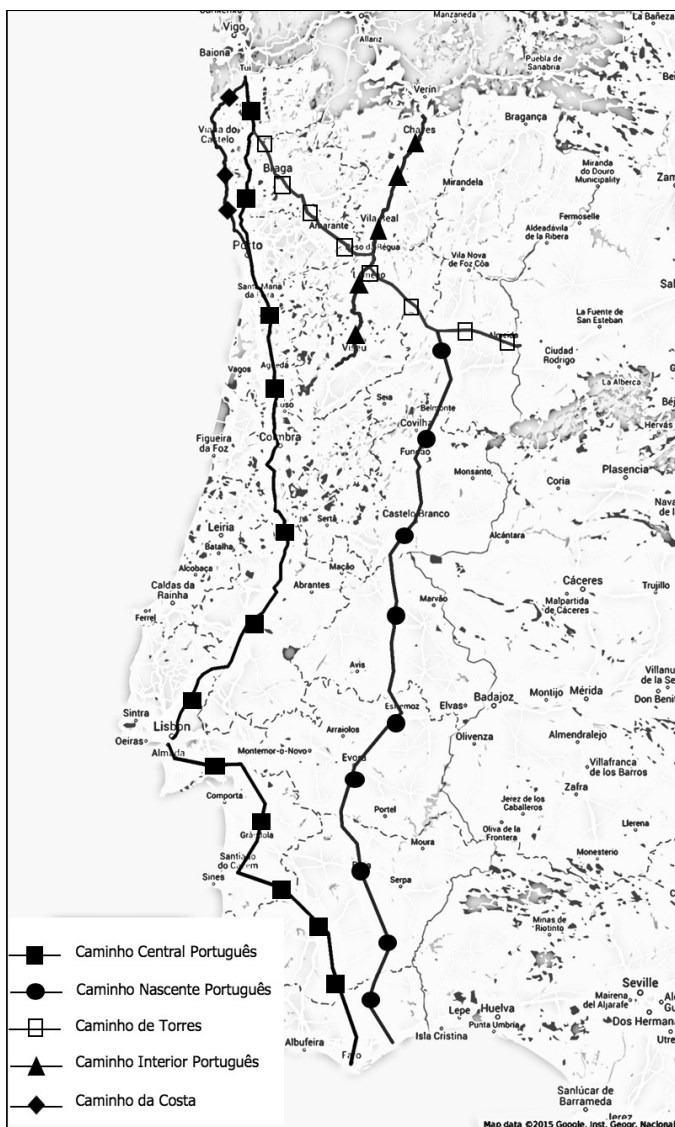


Figura 1. Mapa dos Caminhos para Proposta Indicativa à UNESCO^a.

Fonte: Figura gentilmente cedida por Paulo Almeida Fernandes, relator da proposta de inclusão dos Caminhos Portugueses de Peregrinação a Santiago de Compostela na Lista Indicativa de Portugal para inscrição como Património Mundial (UNESCO/Portugal; 2016).

^a A figura apresentada teve alterações de cor e legendas para a adequar aos requisitos de impressão do material. Os Caminhos sinalizados no mapa são caminhos circunscritos ao território português, ou seja, até à fronteira norte, e têm continuidade pelo território espanhol até à cidade de Santiago de Compostela.

abordadas questões sobre o Caminho de Santiago, a cidade de Santiago de Compostela e o Caminho de Santiago Português para obter informações históricas, culturais e de eventos que ocorrem nestes locais pertinentes à pesquisa. Procedeu-se também a nova revisão bibliográfica após o trabalho de campo para enquadrar alguns novos elementos e necessidades que surgiram.

Em seguida, foi realizado um trabalho de pré-campo que consistiu no planejamento da investigação em campo, realização de contactos com as autoridades competentes para obter autorizações, compra e organização do material a ser utilizado em campo, pré-teste dos materiais e equipamentos a serem utilizados, e ensaio de campo.

Após o trabalho de pré-campo, foi realizada a pesquisa descritiva, através de uma pesquisa qualitativa. Para tal, foram elaborados roteiros semiestruturados que passaram por pré-testes. As entrevistas foram estruturadas para serem realizadas com atores, como presidentes ou membros gestores de associações e organizações ligadas ao Caminho de Santiago, responsáveis pela gestão dos albergues públicos, voluntários dos albergues públicos, responsáveis pelos centros de informação turística e responsáveis pelas áreas de cultura nas localidades e com os peregrinos, para conhecer e registar a percepção destes quanto ao Caminho de Santiago.

As entrevistas em Portugal foram realizadas nas seguintes localidades: Porto;

Vairão*¹¹; Macieira da Maia (Vilarinho); São Pedro de Rates*; Barcelinhos*; Barcelos; Tamel*; Ponte de Lima*; Rubiães* e Valença do Minho. Em Espanha, foram realizadas nas seguintes localidades: Tui*; Porriño*; Redondela*; Mos; Pontevedra*; Briallós; Calda de Reis*; Padrón*; Teo; Santiago de Compostela*. Estes locais fazem parte do Caminho Português Medieval e são indicados aos peregrinos como paragem para hospedagem em albergues públicos. As entrevistas foram gravadas em áudio e vídeo e também foram feitos apontamentos em caderno de campo. No caso dos peregrinos, as entrevistas semiestruturadas foram realizadas nos albergues e durante o trajeto de peregrinação. Foram feitas entrevistas com a Gestora e Hospitaleira do Albergue Vairão; o Presidente da Junta de Freguesia de Vairão; o Casal de Hospitaleiros Albergue de Vairão; a Hospitaleira do Albergue São Pedro de Rates; o Gestor e Hospitaleiro do Albergue Barcelinhos; o Hospitaleiro da Casa da Recoleta (Tamel); a Proprietária da Casa de Acolhimento de Peregrinos (Casa da Fernanda); Hospitaleira do Albergue Ponte de Lima; o Gestor, Hospitaleiro e Presidente do Albergue de Rubiães; e o Presidente da Câmara Municipal de Valença do Minho.¹² Além disso,

¹¹ O asterisco (*) indica as localidades em que houve pernoita, tendo sido utilizados os albergues públicos.

¹² As entrevistas foram realizadas entre os dias 8 e 24 de maio de 2015, durante a Observação-Participante, com a realização da viagem pelo trajeto de peregrinação, iniciada na cidade do Porto/Portugal a Santiago de Compostela/Espanha.

foram realizadas entrevistas com os presidentes de duas associações que representam o Caminho Português (Guimarães/Lisboa) e o relator (Lisboa) da proposta de candidatura a Património da Humanidade junto da UNESCO¹³. Houve também a participação em outros eventos ligados ao Caminho de Santiago. O tempo de permanência para a realização da recolha de dados em cada localidade foi variando de acordo com a quantidade de informações pertinentes ao projeto de pesquisa.

Adicionalmente, a observação participativa foi também utilizada durante o trabalho de campo, ou seja, os dados foram recolhidos através de apontamentos das vivências do investigador a participar das atividades que são comuns aos peregrinos. Assim, foi realizado o percurso do caminho indicado pela sinalização existente no Caminho Português Medieval e as hospedagens foram feitas nos albergues públicos existentes no caminho. A viagem foi realizada a pé, a maneira mais comum e tradicional de peregrinação, com início no Porto (Portugal) e fim em Santiago de Compostela (Espanha), um trajeto de aproximadamente 260 km. Com isso, foi possível ter a vivência comum aos peregrinos, observá-los e perceber como estes interagem e como as comunidades se relacionavam com eles. O período de realização dessa observação participante deu-se em maio de 2015, mais precisamente, entre os dias 8 e 24 de maio.

¹³ As entrevistas foram realizadas entre abril e setembro de 2015, com agendamento prévio com os entrevistados.

Ao longo do caminho foram feitas entrevistas livres com os peregrinos com registo em vídeo para recolher mais informações sobre suas vivências e motivações para realizar a peregrinação e sobre as relações com as comunidades e demais peregrinos¹⁴. O uso de georreferenciação, registo fotográfico e em vídeo foi feito em toda a viagem, das vias, das localidades, dos monumentos e obras arquitetónicas históricas, dos locais de hospedagem e alimentação, dos centros de informações e apoio, assim como de outros equipamentos direcionados de forma direta ou indireta para atender os peregrinos que realizam o caminho.

Investigação e Resultados

A organização que se segue procura estruturar e apresentar as questões através de pontos mais específicos, mas que também se mostram interligados, relacionados com as questões diretas sobre os Caminhos Portugueses a Santiago de Compostela. Estas questões estão subdivididas nos seguintes tópicos: Os Peregrinos e a Peregrinação — Transformações Sociais e Temporais — e Os Caminhos a Santiago de Compostela — Os Caminhos da Patrimonialização. Nas “Notas Finais”

¹⁴ As entrevistas livres foram realizadas com peregrinos de diversas nacionalidades e motivações para a realização do caminho, sendo que em muitos dos momentos de entrevista as mesmas foram realizadas durante a caminhada, momentos de pausa para descanso e/ou refeições e nos albergues. Foram entrevistados cerca de 60 peregrinos.

são apresentadas reflexões e construções, em linhas gerais, sobre património e cultura. Incluem-se também questões que vão para lá das fronteiras restritivas desta investigação, com pontos e reflexões no que tange às questões culturais e patrimoniais de uma forma mais ampla.

Os Peregrinos e a Peregrinaçãoes — *Transformações Sociais e Temporais*

No contexto do Caminho Português, percebeu-se que há uma ideia um pouco confusa e controversa em relação ao tratamento que é dado aos peregrinos, em que muitos os entendem como carentes, entendendo a relação para com eles como caridade, em que “o verdadeiro peregrino não exige, somente agradece”. Contudo, o que é percebido é que os peregrinos procuram serviços, principalmente nos albergues. Assim, ficam distorcidas as interpretações dos papéis desses atores, sendo este um facto que também pode explicar a relação, aversão ou contramovimento que se tem para com os designados turigrinos, termo utilizado para denominar quem faz o caminho como objetivo turístico, pois eles, os peregrinos, têm um papel ou apresentam-se como consumidores desses serviços. Principalmente nos albergues públicos, os sujeitos que questionam são taxados de turigrinos, sendo destacado por alguns hospitaleiros que os albergues públicos devem ser exclusivos para os peregrinos e não turigrinos. Alguns dos entrevistados disseram que os

verdadeiros peregrinos são aqueles que fazem o caminho por motivações religiosas. Mas a questão é como identificar essa motivação, uma vez que não há nenhum mecanismo que evidencie as motivações, além de que, como descrito pelos entrevistados, há aqueles que começam o caminho como peregrinos e terminam como turigrinos, ou vice-versa. Pode-se dizer que há nos discursos uma visão, um referencial, ou mesmo um padrão de peregrinos, de entendê-los como uma forma homogénea, utilizando-se, para isso, referências excludentes. Aliás, a pluralidade de discursos, motivações e formas de peregrinar, no mesmo espaço social e simbólico, permitem questionar a asserção anterior de Victor Turner (1974) e contestar a ideia de que os peregrinos formam uma *communitas* ao longo do processo.

Houve ao longo dos tempos várias formas de definir, de se ver e entender o peregrino, assim como as diferentes formas e objetivos de se fazer as peregrinações. A mutabilidade desse conceito e elemento cultural seguiu os interesses religiosos, políticos, jurídicos, sociais e económicos bastante diversos, não só no tempo, mas também no espaço.

Dentro dos diversos e plurais discursos apresentados — que Fiona Bowie denominou de *competing discourses* (Bowie, 2006) —, em que se aponta a importância do Caminho Português e de outros elementos que o compõem, está a oportunidade de desenvolvimento do turismo nas esferas locais, regionais, na-

cionais e internacionais (ponto este que será explorado parcialmente neste tópico — para uma discussão mais minuciosa). Esse elemento, ou, para melhor dizer, a atividade turística, é também apresentada como uma forma de resgate, recuperação, valorização de elementos culturais e patrimoniais, aliada também ao desenvolvimento social e económico nestas diversas esferas.

O desenvolvimento do turismo no Caminho Português a Santiago aparece nos discursos de alguns atores como sendo uma atividade paralela à peregrinação. Como observado e registado por muitos deles, a prática de peregrinação como turismo é condenada, classificando quem assim a faz como turigrinos, de uma forma pejorativa em muitos dos discursos. Esta classificação é fundamentada alegando-se que determinados espaços são apresentados como exclusivos aos “verdadeiros peregrinos”. Contudo, como observado e já mencionado, os mecanismos de “filtrar” os acessos (peregrinos/turigrinos) são aparentemente ineficazes.

Verificou-se que a peregrinação não é vista, por vários dos atores apresentados, como uma atividade turística. No entanto, torna-se evidente que o Caminho e o conjunto de bens incorporados nele são elementos que são, e podem ser, explorados pela atividade turística, como forma de agregar valores a estes bens. Ou seja, o sentido e a ligação com o Caminho de Santiago podem despertar um maior interesse em conhecê-lo, assim como lo-

grar recursos para a preservação destes elementos culturais/patrimoniais.

A tarefa de colocar as peregrinações como uma atividade turística seria algo cómodo. Isto é, tentar colocá-la dentro de uma gaveta e etiquetá-la como tal seria fácil, mas, ao mesmo tempo, redutor. Entretanto, face às limitações de se compreender os diversos meandros das peregrinações que tangem as múltiplas áreas do conhecimento, a tarefa para tal não se nega às construções conceptuais existentes, seja em que área for, nem mesmo como turismo, pois há várias ferramentas técnicas e conceptuais no turismo que podem auxiliar no planeamento e desenvolvimento das peregrinações. Por outro lado, entender as peregrinações meramente como uma atividade turística não abrange as margens necessárias desta complexa atividade e coloca-a em risco de falhas graves, como a de podar os ramos e forçar um sentido, e, com isso, causar conflitos e a perda de elementos e sentidos culturais.

No evento “Dia da Sociologia”, realizado no dia 17 de março de 2016 na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Claudino Ferreira¹⁵ e Paula Abreu¹⁶, aquando da realização da Mesa

¹⁵ Professor Claudino Ferreira: Doutor em Sociologia, Professor Auxiliar na Faculdade de Economia e Investigador no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Mais informações em: http://www.ces.uc.pt/investigadores/cv/claudino_ferreira.php.

¹⁶ Professora Paula Abreu: Doutora em Sociologia, Professora na Faculdade de Economia e Investigadora no Centro de Estudos Sociais da Universidade

intitulada “Culturas e Aspetos Culturais em Coimbra”, exemplificaram as questões sobre património e cultura. A apresentação de Ferreira, que inicialmente se intitulava de “Turistas em Coimbra”, recebeu novo título pelo orador, logo no início da sua apresentação, que passou a ser “As Cidades à Procura de Turistas”. Nesse sentido, afirmou que algumas cidades procuram o turismo como uma forma de desenvolvimento e transformação dos espaços, principalmente o contexto urbano. O turismo aparece e desponta como uma forma de desenvolvimento social e económico. Como tal, cabe analisar a transformação feita pelo turismo (e turistas) no espaço e estrutura urbana e social, pois acarretam alterações significativas na forma de se ver, entender, construir e interagir nesses espaços de turismo. Para lá dos efeitos internos de percepção, ou seja, nos indivíduos membros do espaço recetor, cabe compreender os demais impactos nesses espaços recetores.

Entre esses impactos estão aqueles em que as cidades e as localidades se viram para fora, isto é, em que são planeadas e geridas a pensar nos grupos externos (turistas), sendo que os internos, a população local, ficam à margem desse processo. Cidades e localidades geridas para o consumo externo, em que produtos e serviços nos dispositivos estruturais são permeáveis aos turistas, e cada vez mais impermeáveis aos “nativos”. Espaços,

produtos e serviços centralizados num público-alvo externo, com agentes internos beneficiados de forma centralizada, ou seja, bónus a grupos minoritários, por vezes pautado pelo interesse económico. Essa abordagem explorada por Ferreira apresentou o cenário da cidade de Coimbra, em que, após o reconhecimento da Universidade de Coimbra, Alta e Sofia¹⁷ como Património da Humanidade pela UNESCO, houve um significativo aumento da atividade turística na cidade. Segundo o orador, essas ações de transformação anteriormente mencionadas, vieram a ser percecionadas com maior intensidade após o título de Património da Humanidade, estando os espaços, equipamentos e acesso aos mesmos cada vez mais direcionados ao turismo e aos turistas.

Por outro lado, na apresentação de Paula Abreu, intitulada “Cenas Musicais”, foram apontados alguns aspetos positivos do reconhecimento de bens a Património da Humanidade, tendo como consequência o previamente mencionado crescimento da atividade turística. Por exemplo, o Fado de Coimbra, após o reconhecimento do conjunto em Coimbra, mostra-se menos ortodoxo e cada vez mais dinâmico. As ações que eram vistas como abomináveis, como as mulheres tocarem instrumentos ou a cantarem o Fado de Coimbra, começam a ser “aceitáveis” e “permitidas”. A oradora

de Coimbra. Mais informações em: http://www.ces.uc.pt/investigadores/cv/paula_abreu.php.

¹⁷ Universidade de Coimbra, Alta e Sofia — Património da Humanidade. Mais informações em: <http://worldheritage.uc.pt/pt>.

argumentou que, a patrimonialização pode conduzir à perda das visões mais ortodoxas sobre o património e a cultura e, conseqüentemente, a uma visão mais dinâmica, uma vez que as visões muito rígidas e estáticas, ao invés de preservarem, podem conduzir à “morte” ou finitude da cultura.

Esses exemplos que englobam a cidade de Coimbra servem também como elementos de reflexão sobre o Caminho Português, correlacionados com a atividade turística/peregrinações e quanto ao possível reconhecimento como Património da Humanidade, e os possíveis impactos, ónus e bônus nas infraestruturas e estruturas edificadas e sociais das localidades por onde os itinerários passam.

No trabalho de campo, foi observada também a diversidade de peregrinos e das suas motivações. Quanto à questão de diversidade e encontro de peregrinos de várias religiões nos Caminhos a Santiago, esta pode ser entendida como fazendo parte dos “Itinerários da Felicidade”, termo cunhado por Fernando Florêncio, que faz uso do mesmo nas suas apresentações e aulas para explicar o fenómeno itinerante de pessoas que seguem até distintas instituições religiosas, locais e pessoas com ligações com o mundo místico e sobrenatural a fim de lograrem auxílio ou recursos face aos problemas, necessidades e/ou desejos, num fenómeno social que pode ser denominado de pluralismo religioso. Nestas procuras nos “Itinerários da Felici-

dade”, como refere Fernando Florêncio, o indivíduo pode ter convicções religiosas ou não, ou seja, pode ou não preceituar determinada prática religiosa. Contudo, em momentos de necessidades, transita em busca destes locais e/ou pessoas tidas como privilegiadas de intermediação com o mundo espiritual e sobrenatural na procura de resolver, sanar ou atenuar questões de cunho físico, psicológico, social, económico, etc. Assim, o Caminho de Santiago pode ser compreendido e englobado nesta prática dos “Itinerários da Felicidade”, sendo um local de convergência ecuménica, cujas motivações, desejos e necessidades são diversas, e em que, sobre estes níveis religiosos e do sobrenatural, há uma polissemia de traduções e interpretações.

Numa visão menos macro do fenómeno do Caminho de Santiago, fazer parte destes “Itinerários da Felicidade” não é um evento exclusivo da contemporaneidade. Como descrito nas questões históricas das peregrinações, mesmo sob uma vertente católica, por várias vezes houve formas simultâneas, mais ou menos acentuadas, de significados distintos às peregrinações, seja na procura de sanar enfermidades, adoração, pagamento de promessas, pedido de auxílio para alcançar graças ou como forma de expurgar os pecados, como cumprimento de penas, etc. Neste contexto, isto remete ou interpreta o Caminho de Santiago, assim como as demais peregrinações cristãs, como “Itinerário da Felicidade”.

A peregrinação engloba vários sentidos, através de elementos teóricos e práticos. Ou seja, essa diversidade pode apresentar-se, por vezes, de maneira conflituosa, seja no que tange os aspetos da cultura, religião, política e economia de maneira interna, isto é, sobre estes aspetos isolados, seja nas inter-relações dos mesmos, sendo difícil mensurar quais são os maiores conflitos, internos ou externos, neste conjunto de atores apresentados.

As dimensões dos conflitos vão da micro à macroescala, com uma permeabilidade de escalas multissetorizadas, com agentes intermediadores e/ou fomentadores dos conflitos, alguns perenes, outros intermitentes. Nestes agentes perenes, pode-se apresentar, a título de exemplo, a Igreja Católica, que, ao longo dos tempos, sempre apresentou um posicionamento quanto às peregrinações, no entanto, com algumas variações de significados. Já como forma intermitente, pode-se apresentar as instituições políticas públicas como ações variáveis e esporádicas, mediante o tempo e interesse dos gestores nos períodos dos seus mandatos políticos. De entre as diversas formas de compreender as peregrinações, acredita-se aqui que a peregrinação é uma procura relativa, consciente e inconsciente, da diversidade. É o diferente que se procura. A procura e o encontro ou reencontro com algo que difere do seu quotidiano, de um local para refletir, aventurar-se, onde convergem pessoas com vivências e culturas diferentes, com

formas de ver e viver, olhares interiores, bases e referências distintas.

Pôr-se a caminho é um exercício incomum, do olhar e vivência, para lá do quotidiano. Ao mesmo tempo, procura-se ou exercita-se uma rotina. Rotina para pensar, refletir, interagir, fazer-se e refazer-se. Dentro dos sentidos, existem aqueles que procuram sair do “automático”, do mesmo estéril, e ir ao encontro do sentido, de romper com a anestesia, com o estado de suspensão e tornar-se mais latente, vivo, com um leme, e não apenas à deriva no mar da vida. Mas neste todo, que se resume a uma palavra — peregrino —, tenta-se resumir quem empreende a peregrinação.

Os peregrinos são também protagonistas no processo de construção do Caminho Português, pois as questões de percepção fazem com que este património seja visto e apropriado de maneira distinta, causando conflitos no cenário atual com a distinção destes viajantes, que recebem os rótulos de peregrinos ou turigrinos, numa construção e reconstrução de significados da peregrinação e dos Caminhos Portugueses a Santiago de Compostela.

Como é apresentado por Sousa (1999), na atualidade não se pode considerar que as peregrinações estão à margem da atividade turística. Por mais que a motivação principal seja religiosa, a componente turística perpassa por ela. Esta questão pode ser justificada através dos dados estatísticos da Oficina do Peregrino quanto às motivações para a

peregrinação, em que as questões religiosas e culturais se apresentam em maior número. Desta forma, não se pode negar ou tentar excluir do cenário de peregrinação a figura do “turigrino”, sendo que só o rótulo já pode ser uma negligência a esta função e percepção sobre as peregrinações e sobre os Caminhos a Santiago de Compostela. Como apresentado na obra de Sousa (1999), as peregrinações tiveram várias funções ao longo da história e em momento algum foram exclusivamente religiosas. Houve, sim, uma predominância religiosa em determinados momentos, que decorre de funções culturais. Na atualidade, destaca-se a função económica. Para que o Caminho perdure, é necessária uma dialética entres os atores envolvidos (municípios, confrarias, Igreja, peregrinos, etc.) para que as diversas funções do Caminho se mantenham, dado que, se houver apenas uma que predomine, corre-se o risco de o Caminho de Santiago ficar em desequilíbrio e ameaçado.

Os Caminhos a Santiago de Compostela — Os Caminhos da Patrimonialização

Os caminhos de peregrinação a Santiago de Compostela, isto é, os locais de passagem utilizados ou criados/determinado/sinalizados para os peregrinos, são motivo de polémicas e disputas, seja pelo lado positivo, como algo benéfico para a localidade, seja negativo, pelo impacto cultural, ambiental e político. São Tiago, ou a ideia transmitida e utilizada da sua fi-

gura na divulgação do cristianismo, inicia-se como algo diferente, exterior à cultura. Contudo, com o passar dos tempos, transformou-se e passou a ser algo legítimo, correto, natural, que também, ao longo dos tempos, se tem vindo a transformar. Assim, o próprio Caminho de Santiago pode ser entendido como um processo de mudança cultural, através da divulgação dos princípios cristãos. A história do Apóstolo na sua missão de divulgação do cristianismo é como um agente externo que implementou uma mudança cultural na Península Ibérica, que logrou outras dimensões ao longo da história.

Entre as várias interpretações sobre o Caminho de Santiago, destaca-se aqui a analogia feita por alguns autores e atores do Caminho de Santiago, que o compararam a um rio que leva a vida e transborda, tornando o ambiente por onde passa mais fértil e cheio de vida, seja pela movimentação económica ou pela interação social e cultural. Esse movimento de vida que é atribuído aos Caminhos de Santiago demonstra a sua relevância e importância nos locais por onde passa, e o seu lado e impacto benéfico, em que, em alguns casos, foi descrito como o que foi e é o que permite a vida em determinadas localidades, que antes desse fluxo do Caminho de Santiago estavam esquecidas e abandonadas, sem grande perspectivas e alternativas de desenvolvimento.

Os Caminhos Portugueses a Santiago de Compostela são vistos, em determinadas localidades, como possibilidade de

desenvolvimento económico e social. Em muitas desses locais, o caminho é também um elemento para evitar ou reduzir migrações internas ou externas, ou seja, êxodo rural com migrações para grandes centros urbanos do país ou migrações para outros países. Estas migrações são justificadas pela falta de oportunidades e expectativas, havendo um decréscimo populacional e uma taxa de envelhecimento elevada nestas localidades, em consequência do êxodo dos jovens. Os efeitos benéficos, seja gerando emprego ou rendimentos, é algo que é dito atingir todas as localidades por onde passa o caminho. Desta forma, o Caminho Português é muitas vezes alvo de disputas e de interesse para que passe em determinadas localidades. O Caminho de Santiago é também apresentado como sendo a possibilidade de uma maior valorização e resgate cultural, como visto nesta investigação e também por Gomes (2017). Há a realização e o resgate de várias práticas culturais abandonadas ou que já não tinham grande expressão, mas que, incentivadas e motivadas pelo fluxo de peregrinos tomam novo ânimo, reaparecem e destacam-se como expressões culturais das localidades e regiões.

Uma questão que merece ser bem observada no Caminho de Santiago — e em outras regiões e localidades que recebem um grande número de “forasteiros” (para dizer, *grosso modo*) — refere-se às membranas culturais e aos seus processos de seleção de valores que entram

nestas membranas, ou seja, em contactos com outras culturas. Estes elementos culturais são absorvidos ou pode haver um processo de repelir determinados valores culturais. Neste sentido, as ideias de peregrinação, de peregrinos e dos Caminhos de Santiago podem ser correlacionadas, pois há diversas formas de reconhecimento, apropriação e interpretação que são excluídas ou marginalizadas por estes atores, internos e externos dos sistemas culturais, ou seja, “nativos” e “forasteiros”. Nessa permeabilidade cultural, nesses locais com grande fluxo de agentes externos passivos e/ou ativos, podem existir esforços por parte desses grupos culturais “nativos” para fortalecer a sua identidade cultural e assim fazer frente às questões contrárias. Esse movimento contrário de resistência pode explicar parte do conflito existente sobre os dignos ou não dignos de receberem o título ou de serem chamados de peregrinos. Claro que, neste ponto, discute-se sobre o contrassenso daqueles que se auto-declaram como peregrinos, não sendo avaliados e reconhecidos como tal, pois sabe-se que há pessoas que fazem o Caminho de Santiago e não se classificam como peregrinos, mas como pessoas que estão a fazer o Caminho de Santiago. Portanto, esta relação de conflito mostra-se como parte da dinâmica cultural, em que a resistência e contramovimento à ideia, prática, comportamento do peregrino e do sentido da peregrinação e do Caminho de Santiago, dos agentes inter-

nos e externos provocam este movimento e instabilidade prática e conceptual.

Os processos, dinâmicas, difusões e incorporações culturais estão presentes no dia-a-dia, pois comemos, vestimos e comportamo-nos através de uma mescla de valores culturais, mas damos ênfase e incorporamos, de forma intencional, ou não, determinados elementos culturais endêmicos, ou não, para construir uma identidade que nos aproxima de uns e nos distancia de outros, quer seja no âmbito familiar, local, regional ou nacional. É latente o desejo, ou até mesmo um processo de necessidade, de grande parte dos seres humanos em serem diferentes e, ao mesmo tempo, terem laços que os unam a determinados grupos, reproduzindo assim determinados comportamentos para serem aceites por esses grupos.

Essa questão do comportamento não se refere apenas a indivíduos que foram criados dentro de certos grupos e valores culturais. Há aqueles que procuram através de um “curso intensivo cultural”, ou seja, aprendem certos valores e normas culturais para reproduzirem esses valores e práticas e assim serem aceites pelo grupo cultural, momentaneamente ou permanentemente. Essa forma de ser momentaneamente aceite pode ser comumente vista no turismo, principalmente no turismo cultural, em que os indivíduos para terem uma vivência diferente dos padrões culturais do seu quotidiano, seguem e/ou praticam determinados padrões culturais incomuns por

sentirem uma necessidade ou interesse numa experimentação cultural. Esse processo de “identidade cultural temporária” contempla a classificação dos peregrinos, uma vez que estes assumem determinadas posturas e comportamentos no processo de peregrinação. Independentemente da motivação, alguns incorporam ou aceitam determinadas posturas e regras, quer seja para serem aceites pelos grupos, quer para fazerem uso dos espaços comuns destinados aos peregrinos. As motivações para estas experiências de inserção noutras culturas são bastantes variadas, sendo o processo de qualificá-las e quantificá-las algo complexo ou até mesmo inviável devido ao grande número de variáveis e dinâmicas.

Coloca-se aqui esta questão: Pode o processo de reconhecimento do Caminho de Santiago Português a Património da Humanidade pôr em risco a identidade cultural, uma vez que os moldes dos Caminhos Francês e Espanhol podem ser seguidos, como um processo de difusão e legitimidade cultural? Esta questão mostra-se relevante, pois pode levar a um processo de homogeneização do Caminho Português, ou mesmo a um processo de replicação dos padrões dos Caminhos Francês e Espanhol.

É importante pensar-se neste prognóstico e se as entidades competentes e grupos sociais nas diferentes esferas estão preparados para estes processos e para evitar uma possível aculturação e desculturação durante e após a patrimonia-

lização. Entende-se a importância do uso dessas outras rotas como referências. No entanto, ressalta-se que estas são referências e não devem ser apenas replicações homogeneizadoras. Entende-se também que isto faz parte de um processo de escolhas. Entretanto, vale a pena colocar aqui a observação sob este aspeto.

O património é um bem coletivo e, como tal, para os indivíduos e coletivos, podem ter sentidos e ligações diversas, atribuições positivas ou negativas. Neste sentido, os diálogos sobre os pontos divergentes e convergentes fazem-se necessários, para assim auxiliar a estabelecer a sustentabilidade destes bens. As expressões e registos culturais e patrimoniais, interligados com Santiago e com os Caminhos a Santiago de Compostela, apresentam-se como elementos que procuram destacar estes elementos a fim de afirmar estas ligações históricas/culturais com São Tiago e/ou com as peregrinações, seja nas expressões artísticas e simbólicas e/ou nos relatos e registos históricos das peregrinações e das suas passagens em determinadas localidades.

A intencionalidade de apresentar ou realçar estes elementos supracitados vem com o intuito de legitimar a passagem do Caminho de Santiago por estas localidades, onde entram no universo nostálgico identitário pois, como mencionado anteriormente, nos dias de hoje há um interesse em dar mais brilho e destaque a tais elementos a fim de os promover. Ao promovê-los, no sentido

de atrair mais e novos interesses, investimentos e recursos, espera-se contribuir para a recuperação, preservação e/ou exploração destes bens patrimoniais ligados a São Tiago e aos Caminhos.

Os elementos patrimoniais materiais, interligados ou não de forma direta a São Tiago, isto é, os bens históricos de períodos mais remotos — a título de exemplo, os bens do período histórico dos romanos e outros monumentos e edificações religiosas, tais como cruzeiros, capelas e igrejas — são apresentados como forma de definir o traçado dos Caminhos. Estes critérios não são únicos, pois há outras condições, como a procura por locais com menor fluxo de veículos motorizados e em ambientes mais bucólicos, com elementos naturais, que também são premissas para a definição dos traçados.

As diversas organizações com interesse direto ou indireto no Caminho de Santiago são vastas, sendo complexa a tarefa de delimitação quanto à amplitude e à alternatividade, pois colocam-se num cenário amplamente dinâmico. Neste sentido, como percebido ao longo do trabalho realizado, esta mutabilidade de formas de relações, sejam divergentes ou convergentes, bem como de atores envolvidos, demonstram uma relativa instabilidade no que se refere às questões políticas de organização. Os interesses e disputas estão latentes em diversos pontos, principalmente no que concerne às questões de definição de traçados ou rotas. Desta forma, como apresentado por alguns ato-

res, o processo de reconhecimento como Património Nacional Português e Património da Humanidade junto da UNESCO pode trazer uma certa estabilidade aos itinerários. No entanto, não é de excluir que outros troços e itinerários possam igualmente ser tomados como “legítimos”, mas que, no momento, não estão incluídos na actual proposta de candidatura a Património da Humanidade e Património Nacional Português da UNESCO.

Face a esta observação, abre-se aqui a questão quanto à institucionalização do património, cuja ideia de legítimo ou ilegítimo se vincula aos poderes das instituições, organizações e até mesmo de indivíduos com determinado poder económico, político e cultural que apontam e definem como legítimos ou ilegítimos determinados bens, ou seja, atribuem ou não os títulos e valores aos bens culturais e patrimoniais.

Como apresentado por Madureira (2012), quanto ao seu trabalho de investigação sobre as loiças produzidas em Trás di Munti, Cabo Verde, este discurso pode ser apoiado através de uma vertente conservadora e fazer-se uso do termo tradicional para legitimar uma escolha e marginalizar outra. A percepção do grupo pode ficar em segundo plano, isto é, realiza-se uma escolha através duma verticalidade de poder (de cima para baixo), um sistema impositivo, persuasivo e ativo desconstrutivo, no sentido de que, além de defender uma ideia se procura desconstruir outra, como nos casos que são apresentados

pela autora. Estas relações de poder na atribuição de significados e legitimidade quanto aos bens culturais é vigorosamente percebida no Caminho Português, pois as ações e tentativas de legitimar atributos e significados tangem desde as definições dos trajetos, significado das peregrinações e a figura do peregrino.

Como apresentado, existem vários elementos, formas incomuns de perceber o Caminho Português. Mais uma vez afirma-se que não se está a rejeitar a ideia de criação de certas conformidades, porém, destaca-se uma diversidade. Quanto às conformidades, torna-se necessário ter-se em conta as diversidades para que estas não sejam meramente marginalizadas, desprezadas e tidas como não dignas, erradas, falsas ou impuras, maximizando os processos de conflito e de exclusão.

Posto isto, cabe refletir sobre as ideias de enculturação, aculturação e desculturação, pois as ações e questões referenciadas quanto ao Caminho Português, peregrinação e peregrinos estão nestas ideias, uma vez que existem questões que podem provocar, acelerar ou atenuar estas dinâmicas culturais. A cultura é algo dinâmico sendo que, por vezes, a enculturação, aculturação e desculturação são polémicas e alvo de críticas no sentido de serem pensadas e discutidas. A primeira, quer proporcionar, a outra substituir, a última retirar. Entretanto podem ser vistas como sinónimos das três anteriores, ou seja, estas ideias podem ter um rótulo na sua embalagem

que não é condizente com o seu conteúdo. Outra questão que se pode tornar deturpada é a ideia de preservação, que para alguns é sentida como uma cristalização dos bens, ou seja, torna estéreis as dinâmicas dos objetos, locais e práticas que podem encaminhar o bem para a finitude da sua “vida”. A preservação, num sentido básico, deve resvalar de um processo de compreensão sobre as interpretações convergentes e divergentes, os usos e sentidos, assim como as dinâmicas mais ou menos latentes do passado e presente, e não seguir apenas um sentido monoprismático existencial e temporal. A tarefa de conjugar estes sentidos é algo complexo, requer diversas capacidades e diálogos, quer seja no campo teórico como no prático, a fim de elucidar os cenários e auxiliar no direcionamento para um ponto de harmonia relativa dos múltiplos sentidos.

Mais especificamente, os títulos e o reconhecimento do Caminho Português, sejam eles a nível de património nacional ou mundial, podem acarretar esses impactos, pois um local, monumento ou trajeto antes visto com determinado uso e apropriação, pode passar a ter outro uso ou perder o sentido num cenário mais amplo, não só no que tange o património material e imaterial, como também nas questões socioambientais.

Destaca-se aqui que a oficialização, o reconhecimento e patrimonialização pode converter-se numa padronização, legitimação, restrição do sentido e uso. Todavia,

não se põe em xeque a credibilidade dos organismos para isso, nem se aponta como prejudicial, apenas se demonstra a necessidade de sensibilidade de tais ações perante os passíveis e possíveis efeitos e impactos de tais ações de patrimonialização.

Existe um aumento crescente das peregrinações a Santiago de Compostela nos seus itinerários diversos, e o Caminho Português ganha cada vez mais destaque. A valorização cultural mostra que há implicações nesse cenário do Caminho Português, mas também para lá dele. Esse cenário apresenta-se como um exemplo de como e quanto a patrimonialização é uma ação complexa, desde a apropriação à salvaguarda das margens que englobam os marginalizados, dos detentores legítimos aos segregados e excluídos, paradoxos exacerbados ou velados nos tecidos culturais. Sentidos construídos e constituídos nos cenários diversos entre escalas e esferas, de seguimentos, grupos, locais, regiões... múltiplos interlocutores que se transfiguram dentre os espaços e tempos como protagonistas de um constitutivo metamórfico.

Partes dessas dinâmicas foram apresentadas neste trabalho, entrelaçadas por sentidos sociais, institucionais, religiosos, espirituais, tangíveis e intangíveis. Sentidos multiformes que constituem o tecido cultural, sendo algumas tramas mais ou menos visíveis, e que tornam possível esboçar as confluências e paradoxos que tangem o Caminho Português a Santiago de Compostela.

Conclusão

Os discursos a propósito da problematização, das soluções dos conflitos ou das ações mitigatórias, podem ser vistos como afluxos e utópicos. Contudo, tampouco se tem a pretensão de se ter conhecimento sobre todas as questões, problemas e soluções, mas, sim, realizar uma apresentação e análise de alguns pontos, nas múltiplas formas de percebê-los e solucioná-los.

A questão utópica da patrimonialização, ou seja, as formas “ideais”, devem ao menos servir de referência, sendo ou tendo como objetivo aproximar-se ao máximo deste ideal meramente utópico. Acredita-se que cabe ao investigador, mas não só a ele, identificar e descrever estas questões de conflitos com o objetivo de apresentar as diferentes visões, contrapondo-as e justapondo-as, a fim de fazer transparecer os diferentes cenários. Numa visão de sentidos, o património pode ser visto como algo sagrado, como uma fé cega, ou como uma herança. Contudo, para outros, o património deve e pode ser questionado, negado e rejeitado. Por vezes há grandes embates em afirmar a legitimidade ou ilegitimidade, a contestação sobre a apropriação ou não, sobre o seu reconhecimento, se se pode reconhecer em parte, ou deixá-lo de parte, através de uma escolha e ou imposição.

Quando se fala em cultura, não significa entender esta como algo a ser explicitamente explorado, seja pelo turis-

mo ou pela produção económica, nem mesmo por elementos dela que são apresentados e expostos ou dos quais se tem orgulho, pois há vários elementos e traços que são velados/escondidos com receio de censura ou questionamento.

No caso da investigação, isto também acontece. Há várias práticas e ideias que as pessoas não querem que sejam expostas por várias razões, nomeadamente: por serem alvo de julgamento por terceiros ou por si próprias, por constituírem uma minoria, por receio de sentir-se rejeitado, ou não querer ser visto como arcaico ou rudimentar. Isso não quer dizer que está certo ou errado, apenas que pensa de forma diferente, mas o pensar diferente, divergindo da maioria, é muitas vezes tido como errado. O que se procurou com este trabalho, teve que ver com a necessidade de diálogo e a reflexão sobre a tolerância e flexibilidade, num contraponto à verdade absoluta, pois, na cultura, por exemplo, a verdade é mutável e por vezes oportunista, de acordo com o espaço e o tempo em que cada indivíduo sofre, e também pode proporcionar forças de interação e repulsão, estabilidade e instabilidade cultural, sendo o tempo um dos principais agentes reativos, transformando o elemento cultural, transformando o indivíduo, ou mesmo deteriorando-o, devido aos agentes internos e externos a que se está sujeito. A reação dessas interações, produto e subproduto dos compostos e agentes catalisadores de transformações,

seja ela completa ou incompleta, nunca é permanentemente estável, o que há é apenas uma pseudoestabilidade, pois, se houver estabilidade, no sentido da sua estagnação, demonstra-se que está em vias de perda do elemento cultural. Assim, pode dizer-se que nas investigações científicas se verificam e registam essas entropias das dinâmicas culturais.

Enfatiza-se aqui que a diversidade cultural ou a harmonia das diversidades culturais não está na ausência de conflitos, mas, sim, na necessidade de diálogo e respeito por essas diversidades, numa ação e processo construtivo de entendimento das diferenças e de formas argumentativas de construção, e não meramente de imposição, subjugação e marginalização. A patrimonialização pode ser compreendida como fenómeno de sentidos diversos. Ao fazer uso da palavra sentidos, tem-se a intencionalidade de afirmar que, numa construção ou processo de patrimonialização, são múltiplas as formas de se conceber o património, ou, sendo mais realista sobre o processo, a ideia de património. O património, ou a ideia da sua construção, perpassa por vários sentidos que por vezes são atuantes de forma conjugada, sendo que dentre eles estão: o social, através de ações de grupos e representações; o religioso, por valores e dogmas; político, através de decretos e leis; o económico, interesses e necessidades monetárias; ambiental/ecológico, preservação da biodiversidade e recursos, e/ou ambientes salubres. Em suma, está atre-

lado a interesses cujos sentidos também são dinâmicos em determinados tempos e espaços, mostram-se (re)construtivos conforme necessidade e forças.

Ao analisarmos o Caminho de Santiago, e os elementos a ele ligados, como os peregrinos e as peregrinações, podemos perceber, e mesmo exemplificar, esse conjunto de elementos, forças e necessidades atuantes nessa (re)construção do património e nos sentidos que a ele são atribuídos. Atribuições que, *grosso modo*, podem ser compreendidas como sintéticas ou naturais. Nestas referências, sintéticas ou naturais, o elemento comum a elas, que está contido no património, é a ideia de que deriva de algo, ou seja, o património não é uma geração espontânea em que classificá-lo como natural ou sintético tange o sentido do legítimo ou ilegítimo, detetáveis nas forças e discurso opostos, a fim de classificar, isto é, reconhecer ou ignorar, legitimar ou deslegitimar. Assim, adentramos novamente na ideia do carácter que pode ocorrer nas patrimonializações: fortalecer e exaltar sentidos, por um lado, e marginalizar e excluir, por outro. Escolhas de significados e atribuições. Nestes sentidos, cabe refletir: O processo de patrimonialização é uma perfeição utópica ou imperfeição intencional?

Todavia, não se está aqui a colocar em xeque as ações de patrimonialização, mas cabe evidenciar, ou apresentar essa reflexão, em que a construção do património e a patrimonialização podem ser cercadas dessas intencionalidades. Inten-

cionalidades que podem ser opressoras, em que, com a ideia ou discurso de preservar, faz-se a desconstrução ou aniquilação de outros sentidos e bens, bem como pode proporcionar uma estagnação nos processos dinâmicos inerentes na cultura e património.

Novamente destaca-se aqui que a intenção não é de posicionar-se contra a patrimonialização, mas, sim, fazer um exercício para problematizar os elementos envolvidos nesse processo. É importante refletir e demonstrar que num discurso de preservação há escolhas e intencionalidades que, por vezes, de forma consciente e/ou inconsciente, podem acarretar impactos nocivos, sendo que o grau de nocividade pode ser visto e interpretado como relativo, atribuindo-lhe o carácter de um efeito colateral inevitável, e mesmo necessário. Duque (2005) afirma que as viagens se transformaram em partidas e chegadas devido às tecnologias, e onde o percurso/trajeto é quase nulo. Acostumados a utilizar meios de transporte para nos movimentarmos de um local para o outro, realizamos uma movimentação que não é nossa, que o autor classifica como “deslocação não real”, sendo a peregrinação uma forma de perceber esse deslocamento (real) e estar nestes locais de trânsito. Além disso, Duque descreve que o ato de peregrinar é algo que coloca o indivíduo num ambiente que o torna vulnerável, exposto à probabilidade de contratempos e incertezas acerca do que virá e como será.

Assim, a viagem não implica apenas uma mudança de ambiente, mas também um processo de reflexão. Estes pontos apresentados por ele reforçam a ideia de que as rotas de peregrinação têm a tendência de incorporação de novos sentidos e motivações, em que o património segue processos dinâmicos de significados e apropriação, que por isso requerem estudos permanentes para compreender os fenómenos e processos de transformações e incorporações que o permeiam.

Referências bibliográficas

- Bowie, F. 2006. *The anthropology of religion*. Malden & Oxford, Blackwell Publishing.
- CNU-MNE — Comissão Nacional da UNESCO, Ministério dos Negócios Estrangeiros. 2016. *Lista Indicativa de Portugal ao Património Mundial*. [Consultado em 30-5-2016]. Disponível em: <https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/noticias/434-seminario-justica-e-bioetica>.
- Duque, J. 2005. A peregrinação a pé na perspectiva da conversão. *Compostellanum, Revista de la Archidiócesis de Santiago de Compostela*, 50(1-4): 233-241.
- Gomes, L. 2017. *Caminho português a Santiago de Compostela. Meandros de um Caminho*. Lisboa, Flybooks.
- Madureira, T. I. G. 2012. *A revitalização da olaria em Trás di Munti e os seus significados locais — Loiça pintada não é património*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social e Cultural, Departamento de Ciências da Vida, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra. Disponível

- em: <http://hdl.handle.net/10316/31484>.
- Oficina del peregrino. 2004–2020. Informe estadístico. [Consultado em 30-10-2020]. Disponível em: <https://oficinadelperegrino.com/estadisticas2/>.
- Pereira, P. 2003. *Peregrinos — Um estudo antropológico das peregrinações a pé a Fátima*. Lisboa, Editora Crença e Razão.
- Reira, J. A. 2007. Introdução ao caminho português na Galiza. In: Iglesias, F. R. (coord.). *A grande obra dos caminhos: caminho português na Galiza*, vol. XI. Coruña, Hércules Ediciones: 40-65.
- Rivas, J. L. B. 1997. *La función política de los caminos de peregrinación en la Europa Medieval — estudio del Camino de Santiago*. Madrid, Editorial Tecnos.
- Álvarez-Sousa, M. A. A. 1999. Marco teórico para a análise das peregrinações. In: Álvarez-Sousa, M. A. A. (coord.). *Homo peregrinus*. Vigo, Edicións Xerais de Galicia: 11-58.
- Teixeira, A. 2008. Matrizes das crenças em Portugal. In: Lages, M. F.; Matos, A. T. (coord.). *Portugal: percursos de interculturalidade: matrizes e configurações*. Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI): 299-378. [Consultado em 5-11-2020]. Disponível em: <https://www.om.acm.gov.pt/publicacoes-om/colecao-portugal-intercultural>.
- Turner, V. 1974. *Dramas, fields and metaphors*. Ithaca, New York, Cornell University Press.
- UNESCO — Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. 2007. *Routes of Santiago de Compostela: camino francés and routes of Northern Spain*. [Consultado em 27-9-2016]. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/669>.